

Política

CONSTITUINTE

ANISTIAS PODEM SER ELIMINADAS

O governo está animado: as negociações entre os partidos indicam que vários pontos da Constituição considerados nocivos tendem a ser alterados. É o caso das anistias, das aposentadorias e das prisões.

Quatro votações. É pouco, avisa Ulysses.

A Constituinte passou ontem uma hora e meia discutindo e votando quatro emendas visando suprimir expressões de um só dispositivo, o que levou Ulysses Guimarães a fazer novo apelo aos constituintes, para que a partir da próxima semana permaneçam no plenário, votando até de madrugada.

"Temos ainda uns 700 destaques para serem votados. Daqui há pouco, o povo estará pedindo que fiquemos aqui nos sábados e domingos para concluir o trabalho."

Ulysses disse que vai enviar telegrama a todos os constituintes pedindo o comparecimento a Brasília a partir de segunda-feira e sobre o fato de terem de permanecer em plenário até de madrugada, comentou: "Já fiz isso, ficando sentado aqui por 15 dias seguidos, em 1985, e não morri". E deu um toque de humor: "Os constituintes não precisam ficar preocupados. As senhoras, em casa, terão o 'Diário da Constituinte' para saber que estão trabalhando em benefício do País. Esse álibi será dado..."

Ele próprio, porém, não vai poder compartilhar das primeiras madrugadas, porque de domingo até as 10 horas de quarta-feira estará outra vez no exercício da Presidência da República, devido à viagem do presidente Sarney à Bolívia.

No momento em que Ulysses formulava o novo apelo, o plenário se esvaziava. Eram quase 17h30 e, como às sextas-feiras não haverá sessões para que todos possam dedicar-se às eleições municipais, os constituintes não queriam perder os últimos aviões da tarde.

Adiando

Com isso, não pôde ser concluída a votação dos destaques relativos ao artigo 5º que diz: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, assegurada aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do di-

reito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Uma emenda do presidente do PSDB, Mário Covas, para suprimir todo o restante, a partir da expressão "assegurada", foi rejeitada por 239 votos contra 98 e 5 abstenções; outra, de Joaci Góes (PMDB-BA), para eliminar as expressões "sem distinção de qualquer natureza", foi retirada na hora de ir à votação; uma outra, de Lúcio Alcântara (PFL-CE), para retirar as expressões "aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País", obteve 168 votos a favor, 132 contra e 4 abstenções, e não alcançou o quórum de 280; e a última, de Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT), para excluir apenas a expressão "residentes", obteve 139 votos a favor, 85 contra e 3 abstenções, não tendo sido alcançado o quórum para deliberação, ela será colocada em votação novamente segunda-feira.

O argumento em favor das últimas emendas era que se devia proteger também o estrangeiro não residente. Bonifácio de Andrada (PDS-MG) e outros rebateram dizendo que o texto é semelhante ao vigente desde 1946 e que nunca houve problema quanto aos estrangeiros de passagem pelo Brasil.

Em menos de 15 minutos a Constituinte votou ontem à tarde duas emendas supressivas, alterando três pontos do Título I do projeto de Constituição (como o texto base do projeto fora votado globalmente no dia anterior, foram considerados aprovados todos os demais dispositivos não emendados, como o preâmbulo e o restante do Título I, que trata dos princípios fundamentais).

A primeira supressiva retirou toda uma expressão do artigo 1º sobre os fundamentos do Brasil, que previa a convivência pacífica com a Humanidade, o que era repetido com uma melhor redação, no inciso IX do artigo 4º, enquanto a segunda fez uma correção de linguagem: em vez de reduzir "as desigualdades entre as pessoas e as regiões", preferiu-se reduzir "as desigualdades sociais e regionais".

APROVADO

Com a votação dos dois primeiros destaques supressivos em segundo turno, é o seguinte o texto inicial (e definitivo) da futura Constituição: "Preâmbulo: Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

Título I: Dos princípios fundamentais
Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I — A soberania;
 - II — A cidadania;
 - III — A dignidade da pessoa humana;
 - IV — Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
 - V — O pluralismo político.
- Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes

eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I — Garantir o desenvolvimento nacional;
- II — Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- III — Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV — Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil fundamenta suas relações internacionais nos seguintes princípios:

- I — Independência nacional;
- II — Prevalência dos direitos humanos;
- III — Autodeterminação dos povos;
- IV — Não-intervenção;
- V — Igualdade entre os Estados;
- VI — Solução pacífica dos conflitos;
- VII — Defesa da paz;
- VIII — Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX — Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.



Enquanto Ulysses apelava aos constituintes para que as votações se prolonguem até as madrugadas, o plenário ia se esvaziando.

No PMDB, novo cargo para Archer.

Receita do PMDB para se contornar crises partidárias iminentes: o ex-ministro Renato Archer está sendo indicado por parlamentares de centro-esquerda e do grupo liberal liderado por Ulysses Guimarães para ocupar o segundo posto em importância no partido, a secretaria geral. O afastamento dos três ministros

ligados a Ulysses — Archer, Celso Furtado e Luiz Henrique — deve favorecer a tese do governador gaúcho Pedro Simon, da posição de independência do PMDB diante do governo — nem apoio incondicional nem oposição sistemática. A escolha de Archer para a secretaria geral representaria apoio a Ulysses e solidariedade ao ex-ministro.

E o governo até gostou

Ainda que tenha corrido o risco de um rompimento definitivo com o PMDB, o Palácio do Planalto acredita que não saiu arranhado com a resposta que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, deu ao presidente Sarney. O governo, segundo o porta-voz Carlos Henrique, "atingiu plenamente" seus objetivos: abrir uma negociação para realizar uma mudança no texto aprovado no primeiro turno. "O presidente deixou claro que ocorreria a ingovernabilidade só se não fossem feitas as correções necessárias", ressaltou o porta-voz.

Foi exatamente nessa necessidade de correções que o governo encontrou argumento para mudar o tom. O Planalto descobriu que, em essência, os dois pronunciamentos são semelhantes. Segundo o porta-voz, tanto Ulysses como Sarney, assim como as lideranças partidárias, concordam que o texto precisa passar por correções. Portanto, o governo não vê nenhum rompimento com a Constituinte. "O que há é a retomada das negociações, que é exatamente o que queria o presidente Sarney — e o pronunciamento dele cumpriu seu papel."

Por conta desse episódio, porém, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, abriu oficialmente a dissidência dentro do partido, da qual ele próprio será o interlocutor. Assim, na mesa de negociações do segundo turno, o PFL terá mais um representante além do líder José Lourenço. Segundo Maciel, tal decisão deveu-se à maneira precipitada como Lourenço conduziu o processo de votação de antecostem, segundo orientação do pronunciamento de Sarney. Isso resultou na votação maciça dos constituintes do PFL em defesa do projeto.

Maciel, contudo, sabe que terá muito trabalho para enfrentar seu próprio partido nessa fase final da Constituinte. Exemplo disso é a sugestão do deputado Ricardo Fíza (PFL-PE), um dos líderes do Centrão, de criar um conselho político, formado por parlamentares, que dê apoio ao governo e assegure a aprovação de alguns pontos de seu interesse.

Fíza teve a idéia depois de avaliar o episódio que envolveu os dois pronunciamentos. Fíza reconhece que Ulysses, in-

dependentemente de seus compromissos com o PMDB, sempre funcionou como ponto de apoio e de referência a Sarney. Mas acredita que isso não mais ocorrerá a partir de agora. Fíza quer evitar que ocorra novamente uma falta de coordenação oficial para o segundo turno — e, para que haja um apoio estratégico ao Planalto, ele vê como única saída a organização desse conselho político formado apenas por parlamentares fiéis ao governo.

Elogios

Ulysses iniciou mais cedo a sessão de ontem, mas só chegou ao plenário às 15h30: ele sabia que os elogios a seu pronunciamento viriam e não queria que o tempo fosse limitado. E vieram. A maioria dos oradores do "pinga-fogo", que ontem se estendeu das 13h30 às 15h30, fez referências positivas à sua atuação, classificada como uma resposta "corajosa" e "oportuna" ao discurso de Sarney.

"O País respirou ontem outro clima", disse o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE). O deputado Adilson Mota (PDS-RS) criticou a "tentativa de confronto do governo com a soberania e a dignidade da Constituinte". José Genoíno (PT-SP) advertiu que ninguém deve ter ilusões. "O projeto, como um todo, foi aprovado em segundo turno". E previu: "Será grande a luta entre as duas facções da Constituinte — de um lado, os que querem manter os pequenos avanços parciais, e de outro, os que querem tornar a Constituinte mais reacionária ainda".

Para o deputado Afif Domingos (PL-SP), no entanto, o pronunciamento de Ulysses foi apenas "um discurso de candidato". "Ulysses é mestre no jogo político, mas não sei se ele terá a mesma performance no jogo eleitoral", disse Afif, que acalenta a possibilidade de chegar a candidato à Presidência da República. O confronto entre Ulysses e Sarney é classificado por Afif como uma "ação desastrosa" do presidente, que ainda não se convenceu da incompetência de seus assessores. Quanto à ameaça de ingovernabilidade que Sarney fez em seu pronunciamento, Afif dedicou apenas um comentário irônico: "A ingovernabilidade do governo Sarney é inata".

O governo está animado com as negociações em torno de pontos do projeto de Constituição que julga necessário ser alterados. Dos 40 itens apresentados pelo PFL, como exigência para a votação em bloco do projeto na quarta-feira, 21 foram aceitos pelo PMDB como passíveis de uma análise posterior. Segundo o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique de Almeida Santos, esses 21 pontos estão abertos ao franco entendimento entre o governo e os constituintes.

O porta-voz disse que o governo e as lideranças partidárias — que se reuniram ontem, sob a coordenação do líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim — estão "convictos" de que é preciso negociar, promovendo alterações substanciais no texto constitucional. Dos pontos em torno dos quais já começa a haver entendimentos, Carlos Henrique destacou os seguintes:

Moção de censura: o texto prevê que o Congresso Nacional pode efetivar moção de censura a ministros de Estado, afastando-os do cargo. Uma emenda supressiva seria elaborada tirando esse item do texto.

Aposentadoria: o texto adota critérios de reajuste dos benefícios, tratando o aposentado como se estivesse na ativa. Para o governo, o aposentado deve ter seus proventos protegidos contra a inflação, mas não podem ter direito aos mesmos benefícios dos que estão na ativa.

Anistias: o governo quer a retirada do perdão dado aos devedores do Fisco a níveis federal, estadual e municipal (anistia fiscal) e aos micro e pequenos agricultores e empresários, que não precisariam pagar a correção monetária das dívidas que contraíram durante o Plano Cruzado (anistia financeira).

O porta-voz também acredita num acordo quanto ao item que determina que qualquer prisão só poderá ser efetuada com ordem escrita de autoridade judiciária. O governo quer trocar o termo "autoridade judiciária" por "autoridade competente".

Esses pontos, que estão na lista de 40 apresentados pelo PFL, serão analisados em detalhe na próxima reunião de lideranças, marcada para segunda-feira. Na reunião de ontem, foi apreciado todo o Título I, dos Princípios Fundamentais, e parte do Título II, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais.

A primeira discussão foi sobre o item que estabelece que as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado. Há emendas para suprimir esse artigo, que consta da lista dos 40 pontos que o PFL quer tirar do texto constitucional. O PMDB não concorda com isso, e como não houve consenso ontem a decisão será do plenário.

Também ficaram para decisão no voto a emenda do deputado Ademir Andrade, líder do PSB, sobre o inciso que diz que a casa é asilo inviolável do indivíduo, exceto em casos de flagrante delito, desastre ou para prestação de socorro; e o destaque do deputado Álvaro Valle (PL-RJ), que quer retirar do texto a exigência de prévio aviso para realização de reuniões pacíficas em locais abertos ao público.

A reunião foi encerrada em meio a outro impasse: a garantia do direito de propriedade, que o deputado José Genoíno (PT-SP) quer suprimir integralmente.